

João Pedro Accioly

Arbitragem em Conflitos com a Administração Pública

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Sumário

Nota Introdutória	1
Capítulo I – Delimitações Conceituais e Definições Preliminares	7
I.1. Arbitragem: conceito operativo e princípios informadores.....	7
I.2. Arbitragem no contexto da Administração Pública: principais riscos...	9
I.3. Contratos administrativos e compromisso arbitral.....	12
I.4. Quando convém à Administração Pública se submeter à arbitragem? Alguns parâmetros	15
I.5. Diferenciações importantes: arbitragens internas; arbitragens internacionais; sentenças arbitrais estrangeiras; sentenças arbitrais nacionais; arbitragens de direito internacional público e arbitragens de direito internacional privado.....	18
Capítulo II – Panorama Global da Participação da Administração Pública em Arbitragens.....	23
II.1. A importância geral e especial da perspectiva comparada para a compreensão do fenômeno arbitral.....	23
II.2. Critérios para a escolha dos países analisados.	28
II.3. Panorama internacional.....	30
II.4. Conclusões parciais.....	48
Capítulo III – A Arbitrabilidade Subjetiva na Administração Pública	49
III.1. Conceito e critério geral	49
III.2. Administração e Arbitrabilidade Subjetiva.....	50
III.3. Competência para a celebração de convenções de arbitragem.....	52
III.4. Peculiaridades do regime jurídico arbitral das empresas estatais	55

Capítulo IV – A Arbitrabilidade Objetiva dos Conflitos com a Administração Pública	59
IV.1. Colocação do problema.....	59
IV.2. Administração Pública, “direitos patrimoniais disponíveis” e arbitragem	61
IV.2.1. O que se deve entender por direitos patrimoniais?	62
IV.2.2. O que se deve entender por direitos disponíveis em relações jurídicas com a Administração Pública?	65
IV.2.3. Os critérios propostos pela literatura.	69
IV.2.3.1. Interesses Públicos Primários e Secundários	69
IV.2.3.2. Atos de Império versus Atos de Gestão.....	71
IV.2.3.4. O critério da dispensabilidade da apreciação judicial	75
IV.2.3.5. O critério da contratualidade e as dificuldades no seu manejo....	76
IV.3 Proposta de operacionalização do critério da contratualidade	82
IV.3.1. Limites quanto à cognoscibilidade e quanto aos provimentos arbitrais. O que deve ser arbitrável?.....	84
IV.4. Conclusões Parciais	102
Capítulo V – Algumas Incidências Concretas do Critério de Arbitrabilidade Objetiva Proposto	105
V.1. Disputas contratuais: licitação, rescisão, modificação e reequilíbrio contratual	105
V.2. Poder de Polícia	108
V.3. Responsabilidade Civil do Estado	111
V.4. Disputas com servidores públicos.....	112
V.5. Atos normativos.....	113

Capítulo VI – Arbitrabilidade Objetiva: Mecanismos de Densificação Prévia e Parâmetros de Sindicabilidade Judicial	115
VI.1. O papel das leis setoriais, decretos regulamentares e cláusulas compromissórias na definição da arbitrabilidade objetiva.....	115
VI.2. O Princípio da Kompetenz-Kompetenz e a sua aplicabilidade às arbitragens	118
VI.3. Outros parâmetros para a sindicabilidade judicial da arbitrabilidade objetiva de conflitos com a Administração Pública	122
Capítulo VII – O Cumprimento de Sentenças Arbitrais Desfavoráveis à Administração	125
VII.1. Cumprimento espontâneo de sentenças arbitrais desfavoráveis à Fazenda Pública	127
VII.2. Aplicabilidade do regime de precatórios e possíveis alternativas....	132
VII.3. A execução, no Brasil, de sentenças arbitrais estrangeiras gravosas à Administração pátria	134
VII.4. A execução no exterior de sentenças arbitrais desfavoráveis a entidades administrativas brasileiras.....	136
VII.5. Conclusões parciais.....	144
Capítulo VIII – Conflitos e Arbitragens Intra-Administrativas	147
VIII.1. Administração Pública multidimensional e pluralidade de interesses públicos	147
VIII.2. O desafio da coordenação intra-administrativa	150
VIII.3. A solução de conflitos intra-administrativos.....	153
VIII.3.1. A solução de litígios intra-administrativos por métodos arbitrais	163
VIII.4. Conclusões parciais.....	166
Conclusões Gerais	169
Referências Bibliográficas	185